III – OS INTELECTUAIS BRASILEIROS NOS ANOS 1980 E O BRASIL NEOLIBERAL.

Os intelectuais brasileiros que, por motivos político-ideológicos, deixaram o país depois do golpe de 1964, puderam retornar após a promulgação da Lei da Anistia de 28 de agosto de 1979. Os primeiros exilados célebres a retornar ao país foram Leonel de Moura Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco. Brizola entrou no Brasil por Foz do Iguaçu no dia 06 de setembro de 1979 e falou pouco, deixando claro que aqueles que o seguissem no retorno ao Brasil deveriam ter "cautela, paciência e prudência" (site do Partido Democrático Trabalhista (PDT), acesso em março de 2012). Era o primeiro sinal de que se abria no país um período de conciliação nacional prudentemente articulado pelas forças conservadoras para impedir a crítica ao período anterior.

Em dezembro de 1979, Ruy Mauro Marini fez sua primeira viagem de retorno depois da anistia, mas a volta definitiva ocorreria somente em meados de 1984. Theotônio dos Santos retornou em janeiro de 1980, e Vânia Bambirra, depois de cumprir alguns compromissos internacionais junto com Herbert de Souza, retornou em março do mesmo ano.

Do ponto de vista econômico, os anos 1980 foram marcados por forte estagnação na América Latina, referidos como "década perdida", fase de intensa retração da atividade industrial. Nesse sentido, os intelctuais e políticos brasileiros deixaram um país onde, na década de 1950-60, predominavam perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento da economia e retornaram ao Brasil sob uma forte crise de realização da atividade industrial, crise da divida externa, indíces altissimos de inflação e grave desemprego.

Políticamente, o debate sobre a redemocratização predominava na sociedade brasileira. O país continuava sendo governado pelos militares, sob o comando do general João Batista Figueiredo que emitia os primeiros e mais consistentes sinais de retorno dos militares aos quartéis. O AI5 foi revogado em janeiro de 1979, a Lei da Anistia promulgada em agosto e, em dezembro, foi promulgada a "Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos" que extinguia ARENA e MDB e instituía o pluripartidarismo, abrindo caminho para a criação de vários partidos contemplando a diversidade de opositores do regime militar.

Para as nossas personagens e para todo o universo da esquerda, o panorama era de cautela e de reconhecimento da situação do país, fase de lenta e gradual reinsersão, depois de tão prolongada ausência. Afinal, foram cerca de quatorze ou quinze anos sem pisar na terra natal, sem saber exatamente o quanto tinham sido transformados os costumes, a cultura do país e também quais eram os critérios atuais de excelência nos ambientes acadêmicos e profissionais que eles haviam frequentado antes da ditadura.

Daniel Aarão (2006), em um capítulo do livro *Intelectuais: sociedade e política* refere-se ao problema do retorno do exílio. Na apresentação parcial dos resultados das entrevistas realizadas com Vera Sílvia Araújo Magalhães, militante considerada pelo autor como emblema desta geração, Aarão destaca a participação política e intelectual de quem, assim como os intelectuais desse estudo, esteve "na linha de frente" da rebeldia dos anos 1960; sofreu o "exílio de amarguras, dúvidas e desesperos, como sempre, mas também de muita criatividade"; e voltou ao país com a anistia: "um país outro, transformado pelos anos de ditadura, outras gentes, outras expectativas, diferentes circunstâncias internacionais".

Utilizando como exemplo a história de Albert Camus do livro "O Estrangeiro", Reis ressalta que "Vera sentiu-se estranha. Uma étrangeté que, a rigor, a perseguia há longo tempo" (246,247). Segundo Aarão, Étrangeté se refere ao estranhamento: "Estar sem estar, estar de um modo desconfortável, como se estivesse fora do lugar onde deveria estar, e, no entanto, o lugar é este mesmo onde se está, muito familiar, o que não quer dizer que seja amigável, ou acolhedor, apenas familiar, e, súbito, a percepção de uma difícil inserção..." (252).

O retorno ao Brasil evidenciava o descompasso, o estranhamento e condicionava um retorno ao passado; levava a um questionamento dos motivos que induziram à saída do país: "... na volta ao país... no reencontro... , quando se tornou imperioso o aggiornamento, a estranheza apareceu em todo o seu esplendor, e em todo o seu desconforto, iluminando as raízes da rebeldia, no passado longínquo, evidenciando as razões profundas da inadaptação do exílio, e os descompassos inevitáveis que acompanhariam sua trajetória..." (Reis, 2006: 252).

No retorno ao Brasil, Theotônio, Bambirra e Marini compreendem mais uma vez e com maior intensidade que haviam sido derrotados, política e intelectualmente. A readaptação no retorno ao país chegou a ser mais difícil do que a adaptação aos

ambientes chileno e mexicano. Além dos problemas de ordem pessoal, familiares [1], a inadaptação e o estranhamento ocorreram porque eles encontraram outra Universidade, outros partidos, uma nova cultura política, e tiveram que lidar com uma mesma disputa teórica acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro na qual eles já haviam sido derrotados.

[1] "Os filhos de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, às vésperas da anistia, não queriam deixar o México. E é em espanhol que Nádia, aos 14 anos, tendo saído do país no primeiro ano de vida, se justificava: 'porque suemos mas mexicanos que brasileños. Nunca vivi en Brasil" – Rollemberg, 1999, p. 275. Em seu Memorial, Bambirra se refere a essa disposição dos filhos da seguinte maneira: "Nunca duvidamos de que, logo que fosse possível, voltaríamos para o Brasil, apesar da restrição dos filhos: 'nós não estamos voltando, estamos indo'." (Memorial, 1991, 32).

Retorno do exílio: *aggiornamento* e o ambiente dos anos 1980 –

Voltar ao Brasil depois de aproximadamente quinze anos vivendo no exílio foi uma experiência dolorosa para todos os que tiveram que deixar o país depois de 1964 [2]. Os exilados intelectuais brasileiros, em geral muito bem acolhidos nas universidades mexicanas, chilenas, norte-americanas e europeias, tiveram um estranhamento ainda maior. A mudança nos ambientes profissionais e na cultura política do Brasil era evidente e correspondia às transformações ocorridas no âmbito internacional e interno.

As sucessivas crises do petróleo (1973 e 1978) prenunciavam os percalços econômicos do mundo capitalista nos anos 1980 que iniciaram marcados pelas eleições de Margareth Tatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, pela fundação do Sindicato Solidariedade na Polônia e que tiveram seu desfecho marcado pela queda do Muro de Berlim e pela reunificação da Alemanha. Internacionalmente, a década de 1980 foi, portanto, caracterizada pela ascensão e pelo predomínio do neoliberalismo como doutrina econômica e pelo conservadorismo no campo político. Considerada como a "década perdida", os anos 1980 anunciavam o início da crise do socialismo, a vitória do pensamento único e o fim da história [3].

Na América Latina, a contrapelo das tendências internacionais, os movimentos de resistência às ditaduras se intensificaram e os regimes militares apresentavam os primeiros sinais de enfraquecimento. No Brasil, houve o crescimento do proletariado urbano, protagonista de cinco greves gerais entre 1983 e 1989, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

A massificação do ensino superior no Brasil colaborou com o crescimento e a mudança no perfil da Universidade brasileira, mas também teve influência nos movimentos estudantis que resistiram à ditadura no final dos anos 1970 e que protagonizaram a campanha das eleições diretas para presidência da república em 1983-1984.

Além da criação do PT, da CUT e da Campanha "Diretas Já", episódios como o atentado do Rio Centro (1981), a morte de Tancredo Neves (1985), os debates acerca da

---

[2] Para exemplificar as dificuldades encontradas pelos exilados menciono os trabalhos de Denise Rollemberg (1999) e de Jorge Christian Fernández (2011).

[3] A vitória do pensamento único refere-se ao coroamento do capitalismo como sistema dominante no mundo e seu triunfo sobre a alternativa socialista. O fim da história foi uma expressão cunhada por Hegel para designar momento em que a humanidade encontraria um regime mais duradouro. Foi retomada pelo norte-americano Francis Fukuyama para designar o triunfo do capitalismo.

nova Constituição Brasileira (1988), ensejaram mudanças radicais no perfil político e cultural do país.

O fim da ditadura, a anistia e o retorno dos exilados ao Brasil foram marcados pela necessidade de readequação dos debates acerca do socialismo, da Revolução Brasileira e da democracia. A derrota da luta revolucionária não arrefeceu os debates sobre a transição ao socialismo que perduraram ao longo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, as discussões acerca da democracia foram ganhando mais destaque e adquiriram maior relevância. As transformações do mundo socialista e o fracasso do comunismo determinaram, ao longo dos anos 1990, o abandono gradual da utopia socialista, cuja palavra quase desapareceu do vocabulário das esquerdas brasileiras [4].

Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teothônio dos Santos haviam se exilado na época áurea dos debates acerca da Revolução Brasileira e da transição ao socialismo. No exílio chileno tiveram contato direto com uma experiência socialista e no México foram brindados com ambientes acadêmicos autônomos e abertos às experiências políticas alternativas. Quando voltaram ao Brasil, tiveram que se adaptar a um ambiente intelectual mais cauteloso e que discutia cada vez menos a transição ao socialismo.

A intelectualidade de esquerda, sobretudo aquela que havia permanecido no Brasil, tivera que se acomodar à realidade autoritária. De um lado, os intelectuais de esquerda que viveram o período autoritário no país se impuseram uma espécie de autocensura, procurando evitar a repressão, driblar a censura e, no limite, se manterem vivos. De outro lado, produziu-se uma crítica aos movimentos guerrilheiros, acusados de impedir a negociação de retorno à democracia. A postura do PCB no pós-64, sobretudo de seus intelectuais, evidencia essa situação.

A posição dos intelectuais comunistas pode ser dividida em três fases, a primeira no imediato pós-1964, a segunda fase depois da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, e a última, depois da anistia em 1979. A "Resolução Política do Comitê Central do PCB" de maio de 1965 estava balizada pelo mesmo reformismo gradualista que caracterizara o partido no pré-64 e motivo de acusações de moderação por parte de grupos mais radicais. A resolução atribuía centralidade à luta pela democracia como forma de resistir à ditadura e recebera, segundo Segatto e Santos (2007), "influência de uma esfera propriamente intelectual" (31).

---

[4] Citar teses de Rodrigo Dias.

As revistas *Civilização Brasileira* e *Paz e Terra* representaram a renovação do marxismo, influenciadas pela Primavera de Praga, de um lado, e pelo eurocomunismo, de outro. Os debates travados nesses meios intelectuais confirmavam a valorização do espaço político-institucional para a resistência à ditadura e uma crítica à guerrilha. Ainda segundo Segatto e Santos (2007), "... o PCB se recusou, após a decretação do AI-5, a abandonar a estratégia de resistência ao regime militar por meio da política... exerceu, com êxito, a função de 'partido organizador' sempre em busca de uma referência de superfície essencial para a oposição respirar e resistir naqueles anos difíceis" (40).

No período pós-anistia, os textos publicados por intelectuais comunistas no jornal *Voz da Unidade* (1980-1991), órgão de divulgação oficial do PCB, na *Revista Presença*, *revista de política e cultura* (1983-1992) e os debates preparatórios para o VII Congresso (1981-1982) são os indícios mais consistentes das disputas que a abertura democrática ensejou entre os comunistas. A apropriação de Gramsci e a particular leitura dos comunistas brasileiros sobre a "revolução passiva", bem como a resistência por parte de alguns de seus membros a deixar o PMDB – considerando a necessidade de apoiar o governo Sarney e a convergência em torno da democracia – são igualmente sinais que revelam a moderação dos comunistas brasileiros [5].

De outra parte, a adaptação do PCdoB à nova conjuntura não foi tarefa fácil. As discussões em torno da guerrilha do Araguaia viriam à tona nos anos 1980. Segundo Jean Rodrigues Sales (2007), o partido "nunca admitiu oficialmente que sofreu uma derrota no Araguaia" (99), "destacada por sua direção como exemplo que demonstraria mais claramente as características que teriam norteado sua trajetória de luta e de coerência com os princípios revolucionários" (90). Mesmo assim, coerente com a tendência a não admitir os erros da guerrilha, mas ao mesmo tempo se adaptar ao processo de redemocratização, o partido apoiou a Nova República, o Colégio Eleitoral, a eleição de Tancredo Neves, o governo de José Sarney, o qual abandonou para compor a Frente Brasil Popular e apoiar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 1989 (92).

Ainda há que acrescentar que uma boa parte da esquerda revolucionária, representada no período da ditadura pelos grupos que aderiram à luta armada ou que apostavam na transição imediata ao socialismo, sem a intermediação da burguesia

---

[5] textos de Werneck Vianna, Konder e Carlos Nelson Coutinho como representantes dessa novidade entre os comunistas brasileiros.

nacional, teve expressão intelectual em projetos editoriais fundados nos anos 1980. Jornais como *Movimento*, *Versus*, *Jornal da Convergência Socialista*, *A Classe Operária*, *Tribuna da Luta Operária* e *Em Tempo* eram porta-vozes de grupos intelectualizados da esquerda revolucionária brasileira [6] que buscavam espaço na nova configuração política nacional, através da discussão de aspectos relativos à transição, tais como, a Constituinte, a reconstrução e criação de partidos políticos, adesão ao MDB, participação no movimento estudantil. Segundo Rodrigo Dias (2011), "os jornais revolucionários dos anos oitenta propiciaram um espaço de socialização do intelectual de esquerda... o jornal assumia um papel de *organizador coletivo*" (85). A maior parte desses grupos políticos ofereceu apoio crítico ao processo de redemocratização e ficaram ao lado do PT na eleição de 1989, para posteriormente fundarem seus próprios partidos.

Nesse sentido, a adaptação à nova realidade, ao processo de redemocratização, foi um empreendimento de todos os grupos de esquerda, daqueles que permaneceram no Brasil resistindo nas franjas do regime autoritário e sujeitos à repressão, censura e autocensura, mas também foi um imperativo para os que retornaram do exílio ou saíram das sombras depois da anistia. Segundo Rollemberg (2007), os que voltaram do exílio tinham uma imagem de que "a sociedade era submetida a ferro e fogo pelos militares, o que nem de longe correspondia à realidade" (202). Em função dessa imagem distorcida, Rollemberg corrobora a ideia de que "... muitos viveram como drama a constatação de que o país se transformara... os anos de reintegração ao país foram difíceis, de adaptação, de reconstrução, como fora o próprio exílio." (202).

Os exilados encontraram inequivocamente um país diferente daquele que sofreu o golpe militar em 1964. Acometido pela crise econômica internacional e pela crise da dívida externa, o Brasil contava com uma nova configuração político-partidária e os debates giravam em torno da democracia e da nova Constituição, com abandono gradual de discussões sobre qualquer alternativa ao capitalismo e à democracia burguesa. O ensino superior havia se massificado; nas ciências sociais e humanidades havia se rompido o paradigma epistemológico da modernidade que vigorara até então.

---

[6] A maior parte dos jornais mencionados teve constituição inicial heterogênea, composta por várias tendências oriundas dos grupos revolucionários e de resistência à ditadura, entre os quais, destacam-se representantes da AP, POLOP, MR-8, PCdoB, Colina, Grupo Centelha etc. Posteriormente, com o passar do tempo, alguns deles passaram a porta-voz oficial de um determinado grupo, como foi o caso do Em Tempo, hegemonizado pela corrente do PT, a Democracia Socialista (DS), ou o caso do Jornal da Convergência Socialista que sempre representou o grupo do mesmo nome. O predomínio dos trotskistas ficou evidente nesses periódicos alternativos dos anos oitenta. Para mais detalhes sobre essa imprensa revolucionária ver a tese de doutorado de Rodrigo Dias (2011).

Geoff Eley (2005) faz referência à necessidade que a esquerda europeia teve de repensar suas próprias concepções nos anos 1980, constituindo-se, segundo o seu ponto de vista, em "um enorme desafio às premissas tradicionais", observação que é pertinente também para a esquerda latino-americana como um todo e particularmente para o Brasil: "A crise do socialismo dos anos 1980 não somente impôs repensar as fronteiras e os significados da esquerda, as necessidades da democracia e a própria natureza da política em si, mas também compeliu os historiadores a levar as mesmas questões de volta ao passado" (14).

Eley refere-se a sua própria tentativa de, como historiador durante a escrita do livro, "captar o drama de uma transição contemporânea ainda em andamento" (14) e a constatação das "agonias da epistemologia", "frustrações da teoria" (15). Essa sensação de um mundo em transformação e de insegurança atingiu todas as ciências sociais e humanidades, sobretudo entre os intelectuais da América do Sul, onde as transformações tiveram intensidade ainda maior. Roxana Patiño (1998) analisa a transição argentina e as transformações operadas no campo cultural e intelectual do país vizinho nos anos 1980 e adverte: "el intelectual de la transición que piensa cómo reconstruir una cultura lo hace articuladamente con la producción de una nueva cultura política" (1).

O declínio da ditadura e a necessidade de afirmação de uma cultura democrática, ainda que imersa em um ambiente com fortes resíduos autoritários, exigiu uma redefinição do papel dos intelectuais, ao mesmo tempo em que tornou residuais as perspectivas que se inspiravam em uma cultura política revolucionaria, hegemônica nos anos 1960 e 1970. O intelectual engajado e comprometido com a revolução dos anos 1960-70 perdeu espaço, foi obrigado a revisar sua concepção de mundo. Houve uma relativa inadequação teórica – a epistemologia da modernidade passava por graves questionamentos diante da valorização do relativismo – como também se criou uma nova cultura política que exigia mais atenção aos problemas de ordem prática e mais independência para proceder a debates sobre a democratização, a via político-partidária, a constituinte etc. O processo de recolocação de intelectuais e artistas nessa nova realidade esteve influenciado, portanto, por esses novos valores, hierarquias e necessidades.

A produção dessa nova cultura política exigiu dos intelectuais uma adesão mais consistente à via institucional e um abandono das alternativas insurrecionais que haviam vigorado entre uma parte da intelectualidade de esquerda no período imediatamente

anterior aos golpes militares e logo após o acirramento dos regimes autoritários, além de um exame dos equívocos do passado.

Esse ambiente político e cultural de revalorização da democracia e das vias institucionais, informado pela crise do paradigma da modernidade, atinge toda a esquerda brasileira, tanto aquela que permaneceu no país, como a que estava no exílio. Segundo Patiño: "la apertura de la esfera pública durante la transición y la llegada de los exiliados al país… permite poner en contacto circuitos intelectuales y diferentes modos de procesar los años de la dictadura." (3).

Não me parece que no Brasil se trate de uma polémica entre os exilados e os que permaneceram no país, embora haja, de fato, uma diferença entre ambos, sobretudo pelo afastamento relativo vivido pelos exilados e pela necessidade de acomodar-se à cultura autoritária por parte dos que permaneceram. Rollemberg (2007) também faz uma distinção entre os exilados e o resto dos brasileiros: "As esquerdas que retornaram do exílio enfatizaram as rupturas, percebendo menos as continuidades, compreendendo mal as modernizações pelas quais o país passara nos anos de ditadura, pouco sabendo sobre a sociedade com a qual lidariam nos anos seguintes, ignorando a *zona cinzenta* na qual ficara a enorme maioria dos brasileiros nos últimos 21 anos. Um passado incontornável no presente." (213-214).

Mas, no caso do Brasil, as polêmicas dos anos 1980 e os processos de redefinição do papel do intelectual e de recolocação dos intelectuais no espaço público estiveram marcados pela disputa em torno do caráter da dependência e das possibilidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Pela leitura dos depoimentos e das análises de conjuntura após a anistia feitos por Marini, Santos e Bambirra infere-se que eles, ao retornarem ao Brasil, apesar de enfatizar as rupturas – e eles não eram os únicos [7] – percebiam "as modernizações", ao contrário do que afirma Rollemberg (2007, 213-214).

Ruy Mauro Marini, por exemplo, faz referência às mudanças do país quando do seu retorno e se refere a uma adesão mais acentuada às ideias estrangeiras: "E vinte anos – sobretudo se correspondem à nossa fase de afirmação e desenvolvimento profissional – contam muito. Contam ainda mais se o país a que regressamos, apesar de ter tido o seu movimento geral determinado pelas mesmas tendências que regeram o da

[7] Os grupos trotskistas antes mencionados e que tinham jornais, tais como, Em Tempo, Jornal da Convergência Socialista e O Trabalho, também enfatizaram a ruptura até o final dos anos 1980, quando aderiram à campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. A campanha do voto nulo de 1978, por exemplo, que partiu de grupos como a Convergência Socialista evidencia esse espírito.

América Latina, participando, pois, do mesmo processo de hipertrofia das desigualdades de classe, da dependência externa e do terrorismo de Estado que a caracterizou, nesse período, o fez acentuando seu isolamento cultural em relação a ela e lançando-se a um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e na Europa" (Memória, 1991, 36).

Intelectuais e artistas saíram de um país tensionado entre a esquerda revolucionária e a direita autoritária e retornaram a um país marcado pelo apelo à redemocratização como eixo central de todas as tendências político-ideológicas. A visão do protótipo do artista ou do intelectual dos anos 1960/70 como o sujeito com uma postura engajada, de esquerda e quase sempre revolucionária, sofrera um revés enorme nos anos 1980. Postulava-se, no período de redemocratização, que os intelectuais e artistas devessem seguir um padrão mais autônomo, democrático e que enfatizassem menos a ruptura institucional. A arte engajada cede espaço à valorização da estética pura; a intelectualidade comprometida com causas sociais cede lugar a intelectuais comprometidos com causas mais difusas ou muito particulares. Mudaram as instituições, transformaram-se os contextos políticos e mudaram os intelectuais e artistas. Os exilados, aqueles que tinham a idílica noção de retornar à condição anterior sofreram um baque muito grande e tiveram que se adaptar.

Marini se refere à mudança no perfil dos intelectuais, ocorrida entre a ditadura e o processo de transição: "... a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970,... No Brasil e no resto da América Latina, a disputa pela obtenção dos recursos... reconstituiu a elite intelectual sobre bases totalmente novas, sem qualquer relação com as que – fundadas na radicalização política e na ascensão dos movimentos de massas – a haviam sustentado na década de 1960.". Com isso, ele tristemente concluiu: "Como quer que fosse esse era o país ao qual eu devia me reintegrar." (Memória, 1991, 36).

Theotônio dos Santos também faz referência às dificuldades que enfrentaria no retorno ao Brasil e ensaia uma explicação: "Em 1979 no México havia organizado, na Divisão de Pós Graduação de Economia da UNAM, um debate sobre a volta da democracia no Brasil em que trouxemos vários cientistas sociais brasileiros. Neste debate, comecei a sentir que a minha volta não seria tão bem recebida. Havia grandes divergências entre a minha visão do processo de democratização de nosso país e das implicações econômico-sociais e, sobretudo, de política econômica, em relação àquela

que vinha presidindo grande parte dos pensadores sociais no Brasil." (Memorial: 1994, 60).

Além de constatarem as mudanças pelas quais o Brasil passara nos últimos 20 anos, nossos personagens compreendiam os motivos da interdição às ideias do grupo ao qual pertenciam. É justo, igualmente, que se faça referência aos múltiplos passados – todos incontornáveis no presente do Brasil dos anos 1980 [8] – tanto daqueles que haviam permanecido no Brasil e também dos que no período da ditadura foram forçados ao exílio. Nos anos 1980, ainda que o país e a sociedade brasileira tenham se modificado, eram múltiplos os passados que não haviam passado. Muitos deles irreconciliáveis entre si.

A impossibilidade de reconciliação dos múltiplos passados – as mais diversas formas através das quais a intelectualidade brasileira viveu o período ditatorial – esteve evidenciada nas formas como ocorreu o ingresso de cada um dos intelectuais estudados aos espaços acadêmico, cultural e político após a anistia. Para ter acesso a esses lugares, foi decisiva a adesão dos pensadores brasileiros à ideologia da conciliação, o que não caracterizava, nem de longe, o pensamento dos intelectuais aqui estudados.

[8] Em referência à frase de Rollemberg (2007, p. 214), anteriormente mencionada.

Universidades, Centros de Pesquisa, Jornais/Revistas: espaços intelectuais –

As universidades, os centros de pesquisa e a imprensa (jornais e revistas) foram nos anos 1980, após a anistia, os lugares de recepção mais corriqueiros aos intelectuais brasileiros exilados após o golpe de 1964 ou que haviam sido impedidos de exercer seu ofício pela ditadura.

Ruy Mauro Marini retornou ao Brasil, pela primeira vez após a anistia em dezembro de 1979, mas continuava vinculado a UNAM. Em 1982, durante uma visita ao Brasil, foi preso por três dias. Visitou novamente o país no final de 1983 e no princípio de 1984. No segundo semestre desse ano, voltou para ficar. Em 1984 assumiu a direção de um suplemento especial no Jornal do País, onde escreveu sobre os mais variados temas da realidade brasileira. O periódico quinzenal entrou em crise no mesmo ano. Com Neiva Moreira [9] editou, entre 1985 e 1986 uma revista trimestral, *Terra Firme*. Com Emir Sader e José Aníbal Peres de Pontes tentou criar uma revista teórica, sem êxito.

Theotônio dos Santos voltou em 1979 ao Brasil e participou de projetos de pesquisa, um dos quais em colaboração com Pablo Gonzáles Casanova. Participou na comissão consultiva de um projeto dirigido por Amilcar Herrera da Universidade de Campinas. E colaborou com pesquisa organizada por Abdel Malek sobre as grandes transformações no mundo contemporâneo. Todos esses projetos eram ligados à Universidade das Nações Unidas (UNU) [10]. Theotônio ainda participou, no começo dos anos 1980, como consultor de um projeto da UNU, sobre pesquisas para a paz, que pretendia analisar perspectivas geopolíticas e estratégicas do mundo contemporâneo.

Vânia Bambirra voltou para o Brasil em 1980 e somente em 1984 foi convidada por Darcy Ribeiro, então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, para trabalhar na FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Foi designada para desenvolver pesquisa sobre as principais calamidades do Estado do Rio de Janeiro e definir as prioridades de intervenção do poder público. Segundo ela, "o projeto foi engavetado" (Memorial, 1991, 37), devido à negligência dos demais envolvidos. Também foi funcionária da Superintendência de Desenvolvimento Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o que lhe permitiu refletir sobre a

---

[9] Jornalista, Deputado Estadual e Federal, fundador do PDT e fundador de vários órgãos de imprensa, dentre os quais os *Cuadernos del Tercer Mundo*, fundado no exílio com jornalistas uruguaios e argentinos.

[10] Fundada em 1973, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), a UNU é composta por Centros e Programas de Pesquisa e Formação em diversas partes do mundo, mas não confere títulos.

situação das favelas. Posteriormente, foi nomeada Diretora Geral do Fundo Rio, onde elaborou projeto de captação de recursos internacionais para "creches comunitárias", além de um Plano de Classificação de Cargos para o órgão. De volta à FAPERJ, colaborava na seleção de pessoal para os Centros Integrais de Escolas Públicas (CIEPs).

Apesar desse mosaico de experiências e ocupações, muitas das quais obtidas graças aos contatos políticos ou através de amigos companheiros do exílio, Marini, Theotônio e Vânia eram, sobretudo, professores universitários. Essa fora a atividade principal de todas suas vidas. Haviam saído do Brasil como docentes expulsos da UnB, e tinham conseguido ocupação semelhante nos lugares do exílio, além de serem intelectuais com reconhecimento internacional e que, ao longo do exílio, atuaram e publicaram livros e artigos em países da Europa e nos Estados Unidos. No retorno ao Brasil tiveram bastante dificuldade em retomar a carreira acadêmica. As primeiras tentativas de reintegração foram trágicas, pois a universidade no Brasil havia se modificado enormemente.

Segundo Martins (1987), a consolidação das universidades brasileiras nos anos 1930/40 teve como correlato o surgimento de uma *intelligentsia*, destinada a estruturar o campo cultural, através da criação de instituições modernas, que se constituiriam nos locais para fundação, reconhecimento e expansão de sua identidade social, e mesmo de sua missão na sociedade (79). A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935, eram exemplos dessa preocupação em representar a intelectualidade brasileira, os altos estudos e o desenvolvimento da pesquisa (Mendonça, 2000, 139-140).

Desde então, discute-se a autonomia das universidades e o grau de intervenção do Estado nessas instituições e em todo o campo cultural. A tentativa de tutelar o ensino superior por parte de governos autoritários, como foi o caso do Estado Novo (1937-1945) [11], procurava garantir o controle sobre os intelectuais e suas atividades políticas.

Passado o período autoritário e com a crescente industrialização, os anos 1950-1960 viram crescer o número de universidades brasileiras (de 5 em 1945 para 37 em 1964) e a quantidade de alunos matriculados (236,7%) [12]. O processo de federalização de faculdades estaduais ou particulares e a reunião de escolas profissionalizantes e sua transformação em universidades católicas foram a base desse crescimento. O

[11] A UDF sofreu expurgos após 1935 até ser incorporada a Universidade do Brasil (UB), fundada em 1937 por Gustavo Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas entre 1934 e 1945.
[12] Dados extraídos de Mendonça, 2000, 141-142.

crescimento veio acompanhado da modernização, com a criação de diversas instituições de apoio aos altos estudos, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, tais como a Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC), em 1948, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ambos em 1951.

No contexto de crescimento do ensino superior do Brasil, entre os anos 1950 e 1960, discutia-se a necessidade de uma Reforma Universitária na qual as Faculdades de Filosofia teriam um papel central, seja como instituições de pesquisa, seja como órgão integrador e articulador das diferentes unidades (Mendonça, 2000, 144). A UnB, fundada em 1961, representava a culminância desse processo de inovação e de autonomização das instituições de ensino superior no Brasil. Segundo Ana Waleska Mendonça (2000), os professores da UnB "... foram recrutados entre o que havia de melhor no Brasil. Esses professores eram atraídos em grande parte pela mística que se constituiu em torno da Universidade" (144-145).

A autonomia universitária e a democratização do ensino superior conduzidos pelo projeto idealizado por Anísio Teixeira serviam de base para os debates sobre a Reforma Universitária, informados igualmente pela radicalização das esquerdas em torno das *Reformas de Base.*

O golpe de 1964 reverteu todos esses projetos; iniciou com a intervenção na universidade, expurgos de docentes, repressão ao movimento estudantil e contenção do debate sobre as reformas. A Reforma Universitária de 1968, empreendida pelo governo autoritário, bloqueou as pretensões autonomistas do movimento de docentes e discentes, mas, de outro lado, promoveu a modernização das instituições públicas mais ou menos nos moldes em que estava sendo pensado no período anterior à implantação do regime autoritário. Uma diferença, entretanto, sobressaia. Além da relativização da autonomia, a universidade sob a égide da ditadura cresceu mais tecnicista, as chamadas ciências duras tiveram atenção redobrada e as antigas Faculdades de Filosofia tiveram sua importância diminuída. Essas últimas também foram vítimas da fragmentação em diferentes escolas e institutos, o que reduziu ainda mais as chances de serem elas o núcleo integrador de uma proposta humanista.

Outro impacto provocado pela política da ditadura em relação às universidades foi a permissividade de concessões de funcionamento a instituições privadas de ensino superior, que se multiplicaram em uma velocidade impressionantemente maior do que as públicas. Criou-se, com isso, uma diferenciação de qualidade no ensino superior

brasileiro, sua massificação e a mercadorização dos diplomas, fatos verificáveis até hoje. Os sistemas de financiamento do ensino superior também sofreram transformações durante a ditadura e favoreceram o aparecimento e consolidação de grupos de ensino e de elites acadêmicas estribadas na repartição desses recursos.

De acordo com Mendonça (2000), a autonomia foi ferida em sua base porque "... o controle centralizado dos recursos materiais e financeiros pelo governo federal acabou por atrelar o seu funcionamento às políticas governamentais" (148).

Marini faz referência ao papel desempenhado pela política cultural da ditadura no padrão imposto aos intelectuais brasileiros. Segundo ele, "Essa política teria resultado, porém, menos exitosa se mais e mais intelectuais não houvessem sido cooptados pelo sistema, inclusive aqueles que se situavam em oposição ao regime. Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípuo de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo... uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele... que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo... resultava proveitoso... monopolizar e personalizar as ideias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970..." (Memória, 1991, 37).

A respeito dessa visão de Ruy Mauro Marini sobre o processo de cooptação dos intelectuais de esquerda no período da ditadura, não resisto a citar Celso Furtado em entrevista concedida à Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola (2002): "Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, eu diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa... é de 9 em 10. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido..." (36)

Ainda segundo Marini, "... desde o golpe chileno de 1974, a socialdemocracia europeia passou a atuar no cenário intelectual latino-americano, no que fora precedida

pelas fundações de pesquisa norte-americanas e acompanhada pelas instituições culturais financiadas pelas igrejas e pela democracia cristã. No Brasil e no resto da América Latina, a disputa pela obtenção dos recursos daí advindos reconstituiu a elite intelectual sobre bases totalmente novas, sem qualquer relação com as que – fundadas na radicalização política e na ascensão dos movimentos de massas – a haviam sustentado na década de 1960." (Memória, 1991, 38)

De fato, a reintegração de Marini na Universidade de Brasília, solicitada desde 1979, só foi concluída em 1987, graças à intervenção do então reitor Cristóvão Buarque e da professora do Departamento de História, Geralda Dias. Antes disso, em 1984, foi professor da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), então dirigida por Theotônio dos Santos, onde Marini tentou criar um curso de graduação em administração pública, que foi inviabilizado "... por falta de recursos, e... devido à derrota de Darcy Ribeiro nas eleições para governador do Rio." (39). Foi demitido da FESP em 1986, como resultado imediato das eleições estaduais.

Ainda por incentivo de Darcy Ribeiro, Ruy Mauro procurou criar um centro de estudos nacionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mas, segundo ele, "A resistência oposta pela universidade levou... o projeto ao fracasso, tendo ela conseguido manter-se intocável durante toda a gestão de Brizola." (Memória, 1991, 38).

No início dos anos 1980, logo depois do retorno ao Brasil, Theotônio e Vânia foram seduzidos por um convite do Departamento de Economia da Universidade Católica de Belo Horizonte para elaboração de um projeto de pós-graduação. Conseguiram um convênio com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Foram homenageados pelos estudantes de graduação e participavam ativamente da vida acadêmica. De acordo com Bambirra, "... Rompiam-se preconceitos e tabus. As palavras socialismo e comunismo, por exemplo, iam-se transformando em conceitos científicos, deixando de serem refrãos subversivos. Era bonito... foi se gestando um clima de agitação intelectual, que explicará em parte o desfecho dessa experiência" (Memorial, 1991, 33).

Essa experiência terminou sem explicação plausível. Para Bambirra "Uma experiência de surrealismo acadêmico". O programa de pós-graduação fora cancelado, ainda segundo ela por razões políticas. (idem, 34). Theotônio e Vânia, desempregados, foram então indicados por Moniz Bandeira para criar e implantar curso de pós-graduação no Instituto Bennett de Ensino do Rio de Janeiro, para onde viajavam regularmente, porém esse projeto não foi adiante. Theotônio descreve assim esse

momento: “A anistia política de 1979 trouxe-me de volta ao Brasil. Aqui não encontrei a mesma solidariedade que obtive junto aos povos irmãos do Chile e do México. A ditadura ainda dominava o ambiente acadêmico brasileiro e só pude obter posições instáveis como bolsista do CNPq ou em cargos acadêmicos temporários, como professor da PUC de Belo Horizonte e do Instituto Bennett...” (Memorial, 1994, 4).

No Rio de Janeiro, Theotônio foi convidado para ocupar o cargo de “Diretor de Treinamento” da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), onde realizou pesquisas e diversos seminários, atuando junto com Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Isso foi entre 1983 e 1986. Da mesma forma que Marini, Theotônio sofreu as consequências do fracasso eleitoral de Darcy Ribeiro ao governo estadual em 1986 e foi demitido. Em 1985 Theotônio dos Santos prestou concurso para professor titular da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde permaneceu com vínculo até 1988. Foi reintegrado à Universidade de Brasília em 1987 e aposentou-se em 1992, imediatamente foi convidado para atuar como professor visitante no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dos três intelectuais desse estudo, apenas Vânia Bambirra possuí o título de Doutor em Economia pela UNAM (1987), obtido no mesmo ano em que ela foi reintegrada à UnB. Theotônio dos Santos recebeu dois títulos de Doutor Honoris Causa, da UFMG e da UFF, após o retorno ao Brasil. Marini estava cursando o doutorado em 1964, quando a UnB foi invadida e ele passou a ser perseguido pela ditadura. Nunca terminou o trabalho que era sobre o “Bonapartismo no Brasil”. Mesmo assim, no México, orientou quatro dissertações de Mestrado e cinco teses de Doutorado. Vânia Bambirra explica essa situação da seguinte maneira: “Devo destacar que foi um único fator que me motivou a fazer o curso formal de doutorado, no final dos anos setenta: a perspectiva da anistia e da volta para o Brasil e, só por isso, minha pesquisa se transmutou em tese. Fora daqui, em muitas outras latitudes como aquelas que eu vivi, ele era absolutamente prescindível. No México, eu era professora de mestrado e doutorado, sem possuir título de pós-graduação. No exterior, meus títulos eram minhas publicações.” (Memorial, 1991, 28).

Ainda sobre as dificuldades de reinserção nos ambientes acadêmicos brasileiros, Vânia Bambirra foi reprovada em um concurso no Departamento de História da UFF, ocorrido em 1985, para professor auxiliar em História da América, apesar do currículo e de toda a produção intelectual que ela tinha na área. Considerou a “experiência vexatória... o único revés até hoje sofrido na... carreira acadêmica”. (Memorial, 1991,

37). Vânia, questionada sobre os motivos desse "revés", falou das dificuldades de escrever em português depois de tantos anos fora do Brasil, e ainda considerou que "não encontrou qualquer ambiente na academia, porque as portas estavam fechadas todas... porque a gente era marxista, marxista e leninista, havia um anti-leninismo em particular que acabava virando anti-marxismo, porque o Lênin se confunde com o marxismo, eu me lembro de que nós voltamos ao Brasil na época do auge do eurocomunismo, e veja bem, quem morreu não foi o Lênin, foram os eurocomunistas". (entrevista concedida a Claudia Wasserman, em Porto Alegre, em 05 de dezembro de 2012).

A dificuldade de reintegração dos exilados aos ambientes acadêmicos esteve, portanto, relacionada às transformações sofridas pelo ensino superior no Brasil naquele período, à adaptação das elites acadêmicas ao regime autoritário, à cooptação de intelectuais de esquerda através do financiamento de pesquisas, de bolsas e aos sistemas de promoção na carreira universitária.

Mas, também, como fez referência Bambirra, houve um óbice a certo tipo de pensamento dentro da universidade. No entanto, talvez seja uma simplificação de sua parte dizer que a interdição era relativa ao marxismo propriamente dito.

No âmbito das humanidades e das ciências sociais, houve uma crise epistemológica que derrubou a confiança no paradigma da modernidade. Movidos pelo contexto de insurreição social dos anos 1970, intelectuais europeus – sobretudo, franceses, espanhóis e italianos – passaram a recusar os fundamentos racionalistas que davam sustentação às teorias do conhecimento social. Rejeitavam as meta-narrativas, a noção de totalidade e a crença no progresso. Essa reviravolta na forma de pensar, fortemente influenciada pelo filosofo francês Michael Foucault, propunha a relativização da razão e a fragmentação do conhecimento [13].

[13] De acordo com Astor Antônio Diehl (1993), "... a Modernidade foi identificada pelo progresso, pela ciência, pela revolução, pela verdade etc., enquanto que os pós-modernos valorizam o particular, o fragmentário, o efêmero, o corpo, o microscópicos, rejeitando as grandes sínteses pelo conhecimento das causas primeiras, atacando o próprio sentido da história." (22).